



<https://doi.org/10.51880/ho.v28i3.1545>



Maternidade e ensino superior: o papel da universidade e as estratégias de permanência adotadas pelas estudantes-mães da Universidade de Brasília

Camila Rafaelle Santiago Pereira*

ORCID iD 0000-0001-9664-510X

Universidade de Brasília, Diretoria de Desenvolvimento Social, Brasília, Brasil

Eloísa Pereira Barroso*

ORCID iD 0000-0002-6850-0234

Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em História, Brasília, Brasil

Resumo: As pesquisas na área da História que versam sobre permanência no ensino superior apontam que a responsabilidade com filhos pode contribuir para a conclusão tardia do curso ou para a evasão da universidade. Neste estudo, embasado por perspectivas teórico-metodológicas da história oral, as narrativas nos conduzem aos discursos e às práticas que marcam as experiências das estudantes na trajetória no ensino superior com relação à função de cuidado, bem como as estratégias que possibilitam a conciliação da maternidade com o processo de formação. Foram realizadas entrevistas com estudantes-mães da Universidade de Brasília (UnB), sendo quatro beneficiárias do Programa Auxílio Creche (PACreche) e duas beneficiárias do Auxílio Creche Temporário (T-CRECHE). Além das narrativas, apresentamos dados sobre o rendimento acadêmico, perfil socioeconômico e principais formas de utilização do PACreche, contemplando todas as beneficiárias do programa. Os resultados indicam que a função de cuidado repete os padrões sexistas verificados ao longo da história e que as mulheres ainda são as principais responsáveis pela guarda e criação da criança.

Palavras-chave: história oral; maternidade; ensino superior; permanência.

* Mestre em História e graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Assistente Social da Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB. E-mail: camilasantiago@unb.br.

* Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), graduada em Letras pela UnB. Professora Adjunta 4 do Departamento de História e credenciada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB). E-mail: eloisabarroso@unb.br.

Motherhood and higher education: the role of the university and the permanence strategies adopted by student-mothers at the University of Brasilia

Abstract: Research in the field of history that addresses the permanence in higher education indicates that responsibility for children can contribute to late completion of the course or to dropping out of university. In this study, based on theoretical and methodological perspectives of Oral History, the narratives lead us to the discourses and practices that mark the experiences of students in their higher education trajectory in relation to the role of care, as well as the strategies that enable the reconciliation of motherhood with the educational process. Interviews were conducted with student mothers from the University of Brasília (UnB), four of whom were beneficiaries of the Childcare Assistance Program (PACreche) and two of whom were beneficiaries of the Temporary Childcare Assistance Program (T-CRECHE). In addition to the narratives, we present data on academic performance, socioeconomic profile and main forms of use of the PACreche, covering all beneficiaries of the program. The results indicate that the role of care repeats the sexist patterns observed throughout history and that women are still the main ones responsible for the care and upbringing of children.

Keywords: Oral History; motherhood; higher education; permanence.

Introdução

No Brasil, a história do processo de expansão e democratização do ensino superior público pode ser analisada por meio da implementação de programas e ações que contribuíram para o acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Tais programas, ao longo dos anos, nos permitem observar a reconfiguração do perfil dos discentes dos cursos de graduação das Ifes, que passou a se constituir majoritariamente como feminino, preto, pardo, proveniente de escola pública e economicamente vulnerável.

Nesse processo, é notório o impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e da Lei de Cotas. De acordo com Santos *et al* (2017, p. 28):

O Reuni impacta na democratização do acesso pela expansão de vagas nas universidades públicas federais, movimento iniciado no governo Lula e que teve continuidade no governo Dilma. O SiSU democratiza e flexibiliza as formas de acesso, rompendo com mecanismos tradicionais de concorrência e acesso ao utilizar a avaliação do ensino médio (ENEM) como mecanismo de concorrência às vagas. E a Lei de Cotas Sociais impacta tanto pela democratização quanto pela inclusão. De todo modo, apesar desses principais mecanismos tornarem as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) mais inclusivas, não oferecem garantia de permanência.

A expansão e democratização do ensino superior público também foi acompanhada por discussões relacionadas à permanência, pois uma parcela dos ingressantes ou não

concluem o curso ou alcançam a diplomação tardiamente. De acordo com Maria de Fátima Costa de Paula (2017), o aumento do número de vagas e de ingressantes não é proporcional à taxa de diplomação. Portanto, o projeto de democratização do ensino superior não se esgota com a expansão do acesso. Ele se inicia com a ampliação das vagas e com o ingresso de estudantes socialmente marginalizados, mas só se conclui com a diplomação.

Se anteriormente a exclusão se dava antes do ingresso do estudante na universidade, ela também passa a se fazer presente no interior do sistema de ensino. Portanto, se o acesso ao ensino superior não for acompanhado por políticas de permanência visando à diplomação, o discurso da inclusão pode ser ressignificado em exclusão no decorrer da trajetória acadêmica do estudante (Zago; Paixão; Pereira, 2016).

No processo de discussão sobre a implementação de ações institucionais voltadas para a permanência e diplomação dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, instituiu-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem como público-alvo estudantes de graduação com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Além disso, o Pnaes também determina as áreas de atuação: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, alta habilidade e superdotação.

Com relação à creche, cabe destacar as constatações da pesquisa realizada, em 2018, pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes): 11,4% dos discentes de graduação têm filhos, 85,3% coabitam com a criança, estudantes do sexo feminino contam com menos apoio dos familiares para cuidarem dos seus filhos do que seus pares do sexo masculino. Com relação à constituição de uma rede de apoio para fins de conciliação entre a maternidade ou a paternidade com os estudos, essa pesquisa demonstrou que 65,5% dependem de familiares, 11,3% arcam com instituição de ensino privada, 10,9% são atendidos por instituição educacional pública e 5,2% contam com creches ou outros arranjos de apoio na própria universidade.

Os dados alertam sobre a não implementação de ações de apoio à parentalidade por parte das universidades. Neste artigo, temos como recorte a Universidade de Brasília (UnB) e buscamos responder as seguintes questões: de que maneira o desempenho da função de cuidado interfere na trajetória acadêmica das estudantes da Universidade de Brasília que são mães? Como as relações patriarcais de gênero se fazem presentes na vida dessas mulheres? Quais as estratégias que são adotadas por elas e que possibilitam a conciliação da maternidade com o processo de formação?

Os dados quantitativos abarcam todas as estudantes contempladas com o Programa Auxílio Creche (PACreche) e foram extraídos do relatório institucional da Diretoria de Desenvolvimento Social, setor responsável pela implementação e monitoramento do

programa. Com relação ao recorte temporal, os dados consideram as estudantes que estavam ativas no programa no segundo semestre de 2023, totalizando 62 estudantes, sendo que 44 se autodeclararam pretas ou pardas, 8 indígenas e 10 brancas. Desse total, há 54 mulheres cisgêneros, 7 homens cisgêneros e 1 estudante que respondeu que não se adequa às opções do formulário e, por isso, respondeu “outra”.

Os dados são analisados de forma integrada à história oral por meio da apreensão das narrativas de 6 mulheres que, seguindo a recomendação do Comitê de Ética que aprovou a pesquisa, tiveram seus nomes substituídos por pseudônimos:

Carla, mulher parda, nascida em 07/12/2001. Tem uma filha, nascida em 18/02/2020. Em 2020 seu grupo familiar era composto pelo pai, a mãe e o irmão, mas em 2021 se reaproximou do pai da sua filha e, na data de realização da entrevista, residia com ele e com a criança. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 1º semestre de 2020, cursa Pedagogia (noturno) e é beneficiária do Programa Auxílio Creche. A entrevista foi realizada no espaço da Universidade de Brasília em 12/09/2023, com duração de 1 hora e 6 minutos.

Edineide, mulher preta, quilombola da Comunidade Kalunga Vão de Almas, nascida em 24/09/1993. Teve duas gestações. Na primeira, não sabia que tinha insuficiência istmocervical no colo do útero e, no sexto mês de gestação, o bebê faleceu. Na segunda, teve o devido acompanhamento e repouso e sua filha nasceu em 12/10/2019. Em 2019 residia com o pai da criança, mas na data de realização da entrevista seu grupo familiar era composto por ela e pela filha. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 2º semestre de 2018, cursa Educação do Campo – Linguagens, Artes e Literatura (regime de alternância) e é beneficiária do Programa Auxílio Creche. A entrevista foi realizada no espaço da Universidade de Brasília em 14/11/2023, com duração de 24 minutos.

Thaís, mulher preta, nascida em 10/06/2001. Tem um filho, nascido em 08/10/2020. Em 2020 seu grupo familiar era composto pelo pai, a mãe e a irmã, mas na data de realização da entrevista os pais haviam se separado e o genitor não morava mais na mesma residência. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 2º semestre de 2019, cursa Museologia (diurno) e é beneficiária do Programa Auxílio Creche. A entrevista foi realizada no espaço da Universidade de Brasília em 21/11/2023, com duração de 30 minutos.

Andrea, mulher parda, nascida em 21/01/2001. Tem uma filha, nascida em 19/02/2020. Em 2020 residia com a mãe e três irmãos, mas na data de realização da entrevista estava residindo com a filha. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 1º semestre de 2019, cursa Economia (diurno) e é beneficiária do Programa Auxílio Creche. A entrevista foi realizada no espaço da Universidade de Brasília em 04/12/2023, com duração de 1 hora e 22 minutos.

Bárbara, mulher preta, nascida em 31/01/1999. Tem um filho, nascido em 06/02/2020. Quando engravidou não residia mais com a mãe e os irmãos, mas sozinha. Na data de realização da entrevista, morava com o filho em um imóvel cedido pela avó paterna, já falecida. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 1º semestre de 2016, cursa Psicologia (diurno) e já foi beneficiária do Auxílio Creche Temporário. A entrevista foi realizada no espaço da Universidade de Brasília em 04/12/2023, com duração de 43 minutos.

Marcela, mulher preta, nascida em 09/09/1998. Tem um filho, nascido em 08/09/2018. Em 2018 residia com o companheiro e a sogra, mas na data de realização da entrevista estava residindo com o filho, a mãe, a irmã e a tia. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 2º semestre de 2018, cursa Filosofia (diurno) e já foi beneficiária do Auxílio Creche Temporário. A entrevista foi realizada no espaço da Universidade de Brasília em 05/12/2023, com duração de 1 hora e 10 minutos.

As narrativas nos possibilitam a apreensão de análises considerando “aspectos não revelados, subjetivos, alternativos aos documentos escritos” (Meihsy; Holanda, 2020, p. 24). Como afirma Matos e Senna (2011, p. 101):

A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época.

A partir das vozes dessas mulheres procuramos construir análises, sobre as quais salientamos que não são só nossas, pois nesse encontro dialógico as reflexões se iniciam com as estudantes mães, que traduzem em palavras os significados de suas experiências (Portelli, 1996).

Desempenho acadêmico das participantes do Programa Auxílio Creche

As narrativas e os dados relacionados ao desempenho acadêmico mobilizam uma historiografia que se vincula ao campo de estudos das relações de gênero, se inserindo num discurso histórico mais amplo e no campo das disputas de memória e produção de cultura, com a instituição de outros imaginários sobre as mulheres e os lugares ocupados por elas.

Os discursos de exaltação e naturalização do papel da mulher como mãe impõem

uma maternidade compulsória, limitam a função social feminina à maternidade e isentam ou reduzem a participação do homem na criação dos filhos. Constrói-se, no imaginário social, a percepção de que essa experiência é a única capaz de proporcionar à mulher felicidade e realização plena.

Certamente, as experiências das estudantes desafiam as expectativas que são estabelecidas para as mulheres-mães: a da priorização da maternidade ao invés dos estudos e de uma carreira profissional. Ao invés da priorização, as narrativas apontam para a busca da conciliação entre a função de cuidado e os estudos, o que não quer dizer que a rotina diária não seja condicionada e organizada de forma a atender as necessidades dos filhos para, depois disso, se dedicar aos estudos, muitas vezes num horário que deveria ser de descanso.

Com relação ao desempenho acadêmico das estudantes contempladas com o Programa Auxílio Creche (PACreche), foram realizadas três análises a partir dos dados contidos no relatório institucional da Diretoria de Desenvolvimento Social. A primeira análise considerou apenas as estudantes que tiveram filho durante a graduação, totalizando 36 estudantes, sendo 6 homens e 30 mulheres.

Como parâmetro, foi utilizada a carga horária aprovada em três semestres distintos: o semestre de nascimento da criança, o que o antecede e o posterior ao nascimento. A carga horária aprovada nesses semestres foi comparada sempre com o período anterior, buscando identificar se o rendimento se manteve, aumentou ou diminuiu. Os dados dessa primeira análise revelaram que a redução da carga horária aprovada ou o rendimento zero ocorrem em maior número no semestre de nascimento da criança; que tanto homens como mulheres apresentam alterações; que o rendimento acadêmico pode se manter, aumentar ou diminuir.

A segunda análise buscou identificar a média de aumento ou de redução da carga horária aprovada após o nascimento do filho. Para isso, analisou-se o rendimento das estudantes que tiveram seu primeiro e único filho durante a graduação, totalizando 26 estudantes. Para cada uma delas, foram realizadas duas médias, sendo uma para os semestres sem filho e outra para os semestres com filho.

Os dados revelaram que as estudantes que apresentaram redução passaram de 239,73 horas por semestre para 131,12 horas, em média. As estudantes que apresentaram aumento passaram de 132,15 horas para 199,93 horas por semestre, em média. Portanto, a queda do rendimento é mais acentuada, pois enquanto o aumento é de 67,77 horas, a queda é de 108,60.

A terceira análise foi realizada com dois grupos de estudantes: aquelas que ingressam na universidade com pelo menos um filho (grupo 1) e aquelas que tiveram o primeiro filho no decorrer do curso (grupo 2). O grupo 1 é composto por 32 estudantes. Nesse grupo, a média de aprovação por semestre é de 229,04 horas. O grupo 2 é composto por 30 estudantes. Nesse grupo, a média de aprovação é de 178,37 horas. Conclui-se, então, que estudantes que ingressam na universidade com filhos

possuem rendimento acadêmico maior do que as demais.

As estudantes que já ingressam na universidade com filhos precisam aprender a lidar com as exigências e estresses relacionados à vida acadêmica. Aquelas que têm filhos no decorrer do curso, precisam lidar tanto com as situações relacionadas à universidade como à maternidade, ambas potencialmente estressantes e que necessitam de um período de adaptação. Nesse período, a rede de apoio é importante e pode ser definida como a disponibilidade de sistemas e pessoas que auxiliam o indivíduo no enfrentamento às situações de transição e mudança (Rapoport; Piccinini, 2006).

Com relação ao impacto da parentalidade no rendimento acadêmico a partir de um recorte de gênero, a comparação entre homens e mulheres não possibilitou a identificação de um padrão. Além disso, acreditava-se que a redução na carga horária aprovada estaria presente na maior parte dos casos, mas os dados também apontaram situações de aumento ou de rendimento inalterado.

Além das análises realizadas, destacamos um dos indicadores de avaliação e monitoramento da política de assistência estudantil da Universidade de Brasília. Com base no período de junho a setembro de 2022, identificou-se que enquanto 86% dos beneficiários dos programas apresentavam Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) acima de 3, as beneficiárias do auxílio creche com IRA acima de 3 representam 69%. Enquanto esse dado demonstra que a parentalidade impacta no rendimento acadêmico, as narrativas nos auxiliam na identificação de alguns fatores:

[...] eu sou do noturno [...] e a oferta é muito baixa, não tem a mesma oferta [do diurno]. E assim, pra quem é mãe é muito mais difícil, porque ou você pega aquela disciplina naquele dia, ou você vai ter que pegar no outro semestre (Carla, 2023).

[Na carta que enviamos à reitoria, pedimos] prioridade na matrícula para pessoas que têm filhos até 5 anos de idade, fora do período escolar, tal qual prováveis formandos. Porque quando a gente escolhe uma turma, a gente provavelmente está escolhendo essa turma porque a gente tem esse horário (Marcela, 2023).

Eu só entendi o que era cansaço depois eu tive um filho, sabe? Eu lembro que eu estava tão cansada, tão cansada, eu acho que não tinha nem seis meses. Lembro que eu capotei... eu adormeci onde eu estava (Andrea, 2023).

Eu entrei em depressão pós-parto. Tentei me matar, só que a UnB, no tempo que eu fazia saúde coletiva ainda, ela me disponibilizou uma psicóloga. Isso foi muito importante (Andrea, 2023).

Pra mim estudar, é de madrugada. Ele dorme ali até umas 11h [da noite] e aí depois que ele dorme eu levanto e tenho que estudar, ler o texto do próximo dia. Tipo hoje, que tem texto e vídeo. Eu tive que fazer isso de madrugada, ou seja, eu

já dormi um pouco mais tarde pra acordar mais cedo que ele. É puxado (Thaís, 2023).

Geralmente [eu estudo] à noite, quando a gente consegue colocar as crianças pra dormir né? Mas tem vezes que a gente dorme primeiro que elas. Se a gente for ver, é muito cansativo (Edineide, 2023).

Mas na verdade eu acho que o puerpério ele foi muito difícil pra mim. Eu não imaginei que seria tão difícil. Eu ouvia também as mulheres falando sobre isso e tal, só que eu senti muito, então eu chorava muito [...], eu tinha muito medo, acho que esse era o nome (Bárbara, 2023).

Ele nasceu com 33 semanas porque eu tive pré-eclâmpsia e falência renal. E aí eu tava quase morrendo, né? [...] Como ele era prematuro, eu fiquei um mês no hospital (Marcela, 2023).

Meu filho entrou na escola esse ano. Então, o primeiro ano escolar da criança, é aquele ano sensacional. E aí era isso... uma semana doente e a outra semana também. [...] E parece que as pessoas acham que a gente tá inventando. Teve uma época que eu falava pro professor: é, ele tá doente mesmo, tô falando sério. E ele ficava: não é possível! E eu: é. Sabia que é? Bote teu filho na escola a primeira vez [...]. Foram muitas vezes que ele ficou doente e aí eu fui reprovada (Marcela, 2023).

Como os papéis de gênero são uma construção histórica (Scott, 1995), as narrativas orais podem permitir ao pesquisador a compreensão de como se dão as construções subjetivas dos sujeitos para além do discurso normativo. A fonte oral, por ser uma narração do presente sobre o passado, possibilita o acesso à subjetividade dos entrevistados, pois o ato de ouvi-los faz com que o historiador ou a historiadora possa acessar as estratégias usadas por elas nas suas práticas sociais, de modo a ressignificar culturas e contextos (Portelli, 1996).

As narrativas apontam para a falta de uma rede de apoio, adoecimento mental, dificuldade de conciliação da maternidade com o horário das disciplinas, puerpério, cansaço extremo, situações de doença ou hospitalização da criança. A partir de seis artigos que abordavam os desafios da maternidade no período acadêmico, Costa *et al* (2023) também identificaram os seguintes aspectos: dificuldades para amamentação, dificuldades econômicas, alteração na saúde física e emocional da estudante, falta de apoio por parte da família e da universidade.

De acordo com Rapoport e Piccinini (2006), o apoio social é importante ao longo da vida, mas em períodos de mudanças e estresse ele adquire maior relevância, como é o caso da maternidade, uma experiência carregada de situações inéditas e potencialmente estressantes. De acordo com os autores, essas situações estão relacionadas principalmente

ao cansaço materno, privação do sono, situações de adoecimento da criança e a uma rotina que passa a ser regrada pelas necessidades do bebê. O impacto do nascimento de um filho depende de como ele é percebido pela pessoa, pois a resposta a essa nova fase depende das características individuais, presença e disponibilidade de uma rede de apoio e habilidade da mãe em solicitar e aceitar apoio. Portanto, o período de adaptação é individual, podendo ser mais breve ou mais longo.

Pode ser que a ausência ou a presença dessa rede de apoio, durante a gestação e após o nascimento da criança, seja um dos elementos que nos permitiriam identificar o porquê de algumas estudantes serem impactadas com a redução do rendimento acadêmico e outras, não. Todavia, esse ponto só poderia ser avaliado por meio de novas entrevistas, aliando os dados dos históricos acadêmicos com as memórias. Não tem como dizer especificamente do que cada mãe estudante da UnB precisa, mas é possível afirmar que a disponibilidade e fruição de uma rede de apoio, seja ela ofertada por familiares, cuidadores ou instituições formais, tendem a aumentar a responsividade materna às situações de estresse (Rapoport; Piccinini, 2006), possibilitando que essa mulher encontre formas de conciliação entre os estudos e a maternidade.

Perfil socioeconômico das participantes do Programa Auxílio Creche e as formas de utilização do recurso

Ainda que o imaginário social sobre a família se constitua a partir da composição pai, mãe e filhos numa mesma residência, 58,06% dos arranjos familiares das estudantes contempladas com o PACreche são compostas por mulheres com filhos e 22,58% dos arranjos familiares por casais com filhos.

Com relação ao recebimento de pensão alimentícia, apenas 9,25% das estudantes usufruem desse direito. Esse dado indica que, além dos estudos, essas mulheres precisam prover tanto o cuidado como a renda familiar. Nesse sentido, são os programas de assistência estudantil, as bolsas acadêmicas e a política de assistência social que, em contraposição à conciliação do ensino superior com o trabalho remunerado, se configuram como os principais meios de sobrevivência e permanência das estudantes da universidade.

Com relação ao compartilhamento ou não da função de cuidado, 23 estudantes declararam que não recebem ajuda, 12 contam com o apoio de familiares, 6 dividem essa responsabilidade com o pai da criança e 12 não responderam à pergunta. Com relação às estudantes que residem com o pai da criança, enquanto todos os homens declaram que a mãe participa da rotina, apenas 40% das mulheres referenciam a participação do pai da criança na rotina de cuidado. O fato de algumas estudantes compartilharem a função de cuidado com os pais dos seus filhos reitera que esta não

é uma função inata às mães, mas que é uma habilidade que se constrói na prática cotidiana, podendo ser realizada por homens e mulheres. Todavia, ainda que novos discursos sobre a paternidade estejam em disputa e que os dados e as narrativas apontem para a participação de alguns pais no cuidado, essa função permanece centralizada nas mulheres.

Essa centralidade tem relação com o imaginário social e os padrões que naturalizam as formas de ser, as características e funções que devemos assumir para sermos legitimados como homens ou mulheres (Scott, 1995). Os dados relacionados à função de cuidado e pagamento de pensão alimentícia mostram que, enquanto o estereótipo de gênero da mulher cuidadora se mantém, o mesmo não acontece com o homem, pois não assume o papel de provedor como uma função compulsória. Enquanto a trajetória profissional dos homens sofre pouca ou nenhuma interferência dos aspectos relacionados à parentalidade, a trajetória das estudantes-mães é permeada pelas necessidades familiares e, para se manterem estudando, precisam organizar a dinâmica familiar e as formas de compartilhamento do cuidado.

Ao longo das narrativas é possível apreender que, mesmo que algumas estudantes experienciem o compartilhamento do cuidado com o pai da criança, a participação dos homens ainda é pouco significativa. Apesar das representações e práticas que apontam para as novas formas de expressão da paternidade, a divisão tradicional de papéis de gênero está presente na maior parte dos arranjos familiares. Essas experiências são carregadas de sentido histórico e, dentre os elementos que podem auxiliar na compreensão dessas práticas, destacamos o discurso da naturalização da maternidade e do cuidado como inerente às mulheres e a maternidade como uma questão identitária. Diferente do pai que se ausenta, a mãe que não deseja ter o filho ou que, após tê-lo, não se faz presente, precisa lidar com um severo julgamento moral e social.

Nesse sentido, a creche é necessária porque o compartilhamento do cuidado com essa instituição pode proporcionar tanto o desenvolvimento e a socialização da criança fora do espaço privado como a inserção e permanência da estudante-mãe na universidade. Diante da insuficiência de vagas em creches públicas e da dificuldade que as estudantes enfrentam na estruturação de uma rede de apoio, a relevância do PACreche está em possibilitar o pagamento de serviços educacionais, cuidadoras e o atendimento de outras necessidades.

Os dados referentes à utilização do recurso demonstraram que ou o recurso é utilizado para alimentação, fralda e outras necessidades da criança ou é utilizado para pagamento de cuidadora ou instituição de ensino, sendo que, diante dos valores praticados pelo mercado, as escolas particulares são menos representativas que as cuidadoras. Cabe destacar que o número de estudantes com filhos matriculados em instituições públicas de ensino corresponde a apenas 14,28%. Esse dado expressa a insuficiência de vagas na rede pública de ensino, situação que reitera a importância do PACreche e a necessidade de desenvolvimento de outras ações voltadas para a

permanência de estudantes com filhos pela universidade.

Nas narrativas é possível verificarmos discursos de naturalização da maternidade que corroboram com a elaboração de representações e de imaginários sociais que geram práticas de cuidado dentro de uma concepção individualizada. No Programa Auxílio Creche é notável a presença de estudantes-mães e isso se deve à relação histórica da função de cuidado com a mulher, à elaboração de discursos que, inscritos na lógica do sexo biológico, sugerem que há um conjunto de atividades que devem ser realizadas pelas mulheres. Portanto, como a coabitação é um pré-requisito e a família monoparental é o principal arranjo familiar, são as mães as principais beneficiárias desse programa.

Programa Auxílio Creche e outras práticas institucionais de apoio às estudantes com filhos

Além do Programa Auxílio Creche (PACreche), que é uma área prevista no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), outras ações de permanência também devem ser implementadas pela universidade. Marcela (2023) aponta que uma das demandas do coletivo de mães da Universidade de Brasília é a oferta de um espaço para deixar a criança. De acordo com ela, “o que historicamente a gente pediu nem foi uma creche. A gente queria um espaço para que a gente pudesse deixar nossos filhos, ir para a aula e voltar. Era simplesmente a UnB criar um espaço e colocar estudantes para olhar uma criança”. Bárbara (2023) também sinaliza que um espaço como esse auxiliaria: “Eu acho que a gente poderia ter um espaço. Não pra deixar todo dia, mas pelo menos uma vez, uma emergência, uma coisa assim. Porque, por exemplo, a gente que tem um filho pequeno e deixa com alguém, às vezes a pessoa tem que resolver alguma coisa, tem algum imprevisto”.

O que as narrativas mostram é que essa demanda vem da dificuldade de conciliação das atividades em sala de aula com a função de cuidado, que pode atrapalhar o rendimento acadêmico e a apreensão do conteúdo:

Eu precisei trazer ele até hoje só duas vezes, graças a Deus. E foram bem difíceis, porque ele é criança, né? Não tem muito o que fazer. Criança não dá pra falar: senta aí, fica quieta. Não é assim. Aí tem que sair, distrair ele, trazer coisas pra ele pintar e assim foi... Até que consegui distrair pra passar o tempo da aula. Eu não entendi muita coisa dessa aula, é claro. E foi isso, mas deu... pelo menos falta eu não levei porque eu estava presente (Thaís, 2023).

Então eu... eu tentei... eu trouxe lanche pra ele no dia, eu trouxe uns brinquedos que ele gosta, uma massinha, pra ele ficar no cantinho. Aí ele ficou, digamos que uns 20 minutos. Aí depois ele já começou a andar, a correr e descer. Quando eu

vi, ele já tava correndo mesmo, correndo que ele escorregava e caía. Eu falei: meu Deus (Bárbara, 2023).

Não tinha a mínima condição de eu estar com meu filho naquela sala, [na aula de *Lógica do* Departamento de Filosofia]. E não era só pela hostilidade... é porque assim, são matérias, matérias e matérias. As matérias que eu pegava na FE [Faculdade de Educação], eu consegui tranquilamente fazer e ir com ele. Assim, era muito cansativo, mas dava pra ir. Aí eu lembro até que teve uma vez que eu precisei apresentar um trabalho e aí eu não tinha com quem deixar, não tinha como deixar ele na sala e eu mandei no grupo: gente, eu preciso apresentar um trabalho agora. Alguém fica com meu filho pra mim? E aí minha amiga falou assim: traz ele, traz ele aqui, eu tô aqui na FE em tal sala (Marcela, 2023).

O trabalho com a história oral tem um papel social porque publiciza experiências que são parte de um passado e presente coletivos, à procura de significados sobre um passado que não se findou porque permanece em aberto, pois algumas verdades históricas que triunfaram não são as únicas possíveis. Assim, a memória pode colaborar porque nos joga para fora do imaginário social e para dentro da vida, das experiências que questionam representações e produzem cultura (Rovai, 2013). O que nos chega por meio das fontes orais e da memória são as subjetividades dessa experiência e a capacidade das estudantes de refletirem sobre suas histórias. Através dos fatos, elas recordam, interpretam, narram e contemplam uma análise da subjetividade, “trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade [...]” (Portelli, 1996, p. 2).

Com relação à proposta das estudantes, seja de oferecimento de contraturno, ou de um espaço para deixar a criança, cabe problematizar as perspectivas teóricas relacionadas às atividades de extensão. Se a universidade se constitui a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, provavelmente é sobre essa última que recairá a problematização da oferta desse serviço, visando a permanência das estudantes na universidade.

Diante da diversidade teórica e da presença dessas três concepções nas práticas de extensão nas universidades, cabe destacar que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) se posiciona favorável à perspectiva acadêmica (Jezine, 2004).

Percebe-se, então, que a universidade não tem o papel de ofertar um serviço que é de responsabilidade da educação infantil, mas de subsidiar o Estado no desempenho dessa atribuição para que, com o filho na escola, a estudante possa se dedicar aos estudos. É claro que as ações de extensão podem se voltar para essa temática e para a oferta de um serviço que tenha como público-alvo os filhos das estudantes, desde que ocorra de forma integrada ao ensino e à pesquisa e numa perspectiva de intervenção na realidade e de transformação, mas não sob a justificativa de suprir uma demanda que

advém do déficit de vagas nas creches e pré-escolas.

Considerando que, eventualmente, haverá crianças no *campus*, a UnB pode tornar esse espaço mais acolhedor. Com relação à experiência de trazer a criança para a universidade, as estudantes sinalizaram algumas adaptações: um maior número de banheiros com fraldário e chuveiro quente; espaço na biblioteca para estudantes que estejam com crianças; espaços de acolhimento para mães, a exemplo do que já existe na Faculdade de Educação e que conta com computador, bebê conforto, carrinho, chiqueirinho e brinquedos. É importante destacar que essas adaptações não possuem o objetivo de reiterar o discurso da centralidade do cuidado na mãe, mas sim de não colocar barreiras à permanência das crianças nesse espaço.

Com relação à oferta e horário das disciplinas, a estudante Marcela aponta para a necessidade de as estudantes-mães terem prioridade na matrícula, assim como já ocorre com os prováveis formandos. Essa priorização seria uma ação institucional importante porque poderia auxiliar as mães na organização da rotina familiar e acadêmica, possibilitando a matrícula em disciplinas que são ofertadas em horários em que as crianças estejam com cuidadoras ou em instituições de ensino. Embora tenhamos elencado algumas questões práticas que poderiam ser implementadas pela instituição de ensino, cabe destacar que o entendimento sobre o que deve ser ofertado pelas universidades precisa ser construído coletivamente, ouvindo mais mulheres.

Mesmo que os dados tenham mostrado que há estudantes que não apresentam queda de rendimento após o nascimento dos filhos, não foi possível identificar se essas estudantes estão ou não retidas. Todavia, considerando tanto o dado referente ao Índice de Rendimento Acadêmico como a média de horas aprovadas por semestre, acreditamos que exista. Uma avaliação mais precisa em termos quantitativos pode ser alcançada por meio de outra pesquisa, mas as narrativas apontaram alguns elementos que podem prolongar o tempo de permanência das estudantes-mães na universidade: falta de uma rede de apoio, adoecimento mental, dificuldade de conciliação da maternidade com o horário das disciplinas, puerpério, cansaço extremo, situações de doença ou hospitalização da criança.

Considerações finais

As narrativas nos permitem perceber que o exercício da maternidade não está restrito à função do cuidado em termos práticos, como dar banho, preparar o alimento, levar para a escola, dar suporte emocional, dentre outros. Como a maior parte das estudantes do Programa Auxílio Creche residem sozinhas com seus filhos e não recebem pensão alimentícia, elas desempenham tanto a função de cuidado como a função econômica. Portanto, ainda que o imaginário social atribua aos homens a função de

provedor, as narrativas demonstraram que as estudantes-mães é que desempenham essa função com renda proveniente de bolsas acadêmicas, auxílios da assistência estudantil ou da política de assistência social.

Com o intuito de construir uma narrativa acerca das experiências das mães no ensino superior, a história oral adquire centralidade nesta pesquisa e dá visibilidade a um tema pouco visitado pela historiografia: educação, maternidade e os papéis de gênero. A partir das narrativas e dos dados quantitativos, percebe-se que a função de cuidado ainda tem uma evidente demarcação de gênero e que a trajetória acadêmica das estudantes se dá a partir dessa busca pela conciliação entre o ensino superior e a maternidade. Assim, a interpretação que as estudantes fazem de si mesmas e dos espaços que ocupam são importantes nessa discussão, sobre o que deve ser lembrado e considerado ao se pensar em ações voltadas para estudantes com filhos. Nesse sentido, esta pesquisa demonstra que a conciliação de dados quantitativos com a história oral é capaz de promover a historicização para a compreensão das políticas públicas já que “a memória torna-se ato de apropriação da própria história e das palavras como denúncia, escolha e necessidade” (Rovai, p. 15, 2013).

Refletir sobre políticas de permanência voltadas para estudantes com filhos não é simples, mas não fazê-lo é reiterar as práticas sociais que, historicamente, reconduzem as mulheres ao espaço privado e ao desempenho do trabalho reprodutivo não remunerado. Nesse sentido, cabe à universidade a revisão de práticas institucionais que reiteram a desigualdade de gênero para, a partir disso, implementar ações e normativas visando o suporte institucional para essas estudantes. Caso contrário, práticas excludentes no interior do sistema de ensino não deixarão de se fazer presentes.

Referências

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. *V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, n. 137, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

COSTA, Jennefer Luana dos Santos; WALL, Marilene Loewen; PAIXÃO, Tatiane Taiz da; SILVA, Marcus Vinicius da Rocha Santos. Desafios da maternidade no período acadêmico: revisão integrativa. *Revista família, ciclos de vida e saúde no contexto social*, Uberaba, v. 11, n. 1, 2023. Disponível em: <https://seer.ufm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/6226>. Acesso em: 2 jun. 2024.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JEZINE, Edineide Mesquita. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: FORPROEX, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrentx/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/3264>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2020.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00301.pdf>. Acesso em: 5 de maio 2024.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patrícia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. O trabalho de equipes multidisciplinares na assistência estudantil: análise de experiência profissional na UnB. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *O trabalho das equipes multiprofissionais na educação: 10 anos do grupo de pesquisa TEDis*. Curitiba: CRV, 2017. p. 17-56.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, ano 19, n. 27, p. 145-169, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1334/953>. Acesso em: 5 maio 2024.

Fontes orais

CARLA [21 anos]. [set. 2023]. Entrevistadora: Camila Rafaelle Santiago Pereira. Brasília, DF, 12 set. 2023.

EDINEIDE [30 anos]. [nov. 2023]. Entrevistadora: Camila Rafaelle Santiago Pereira. Brasília,

DF, 14 nov. 2023.

THAÍS [22 anos]. [nov. 2023]. Entrevistadora: Camila Rafaelle Santiago Pereira. Brasília, DF, 21 nov. 2023.

ANDREA [22 anos]. [dez. 2023]. Entrevistadora: Camila Rafaelle Santiago Pereira. Brasília, DF, 4 dez. 2023.

BÁRBARA [24 anos]. [dez. 2023]. Entrevistadora: Camila Rafaelle Santiago Pereira. Brasília, DF, 4 dez. 2023.

MARCELA [25 anos]. [dez. 2023]. Entrevistadora: Camila Rafaelle Santiago Pereira. Brasília, DF, 5 dez. 2023.

Recebido em 18/12/2024

Versão final reapresentada em 22/01/2025

Aprovado em 23/01/2025

Contribuições dos autores: Camila: planejamento da pesquisa, realização das entrevistas, pesquisa bibliográfica, análise dos dados e redação; Eloísa: planejamento da pesquisa, análise dos dados e revisão.

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 68333023.6.0000.5540.

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflito de interesses: nada a declarar.